

PSICOLOGIA DO BRASILEIRO

José Fernando Carneiro

Conferência dirigida aos participantes do Curso de Preparação Intensiva de Professôres do Ensino Médio, na Faculdade de Filosofia da UFRGS, em 1966.

Nota da Redação

I

Falar do homem brasileiro, é a um tempo difícil e sedutor. Não é assunto para principiantes, pois muitas são as matérias em que precisamos nos apoiar para uma boa compreensão do Brasil.

Vai, entretanto, se tornando cada dia mais numeroso o elenco dos escritores que, à semelhança de Eduardo Prado, Euclides da Cunha, Olavo Bilac, Monteiro Lobato, procuram entender e descrever o homem brasileiro nas peculiaridades do seu caráter e do seu procedimento. Trabalhos com títulos sugestivos como *Retrato do Brasil*, *Interpretação do Brasil* e *Retrato Sincero do Brasil* são do conhecimento geral. Além dos livros citados de Paulo Prado, de Gilberto Freyre e Lima Tejo, temos dois livros de Sérgio Buarque de Holanda, um deles *Raízes do Brasil* que, segundo refere Agripino Grieco, se pensou inicialmente fôsse livro de botânica, mas era mais uma nobre tentativa de decifração do Brasil remontando às suas raízes formadoras. Um bom método de entender um povo, é o de contrastá-lo com outro, e dentro dessa perspectiva, temos *Bandeirantes e Pioneiros*, de Vianna Moog.

Poderíamos alongar a lista, que serviria para demonstrar, se necessário fôsse, quanto o Brasil é amado, e quanto o estudo de nossa terra e de nossa gente vem preocupando os melhores homens dêste país, e até alguns estrangeiros, como George Bernanos, autor da mais bela página de amor que jamais alguém nos haja dedicado.

Em face de tão rica e variada fonte de estudos e informações, já agora quase nada de novo será possível acrescentar. Mas, sempre será possível comentar, aqui e acolá, uma ou outra daquelas muitas cousas que vêm sendo ditas e repetidas acêrca do homem brasileiro.

Como é o brasileiro, e em que êle se distingue dos outros povos?

A primeira indagação a fazer é se haverá traços bio-psicológicos gerais que nos permitam caracterizar os habitantes dêste nosso sub-continente. Conhecida a heterogeneidade de nossa formação étnica, e a vastidão do nosso território, poderemos falar num tipo brasileiro?

A tendência geral é admitir que existe em cada grupo nacional, descontadas as inevitáveis diferenças regionais e individuais, um caráter coletivo. Quais então aquêles traços que definem êsse caráter coletivo, no nosso caso particular? Quais os traços que definem a personalidade básica do homem brasileiro? E quem não puder responder a essa pergunta, poderá, talvez, responder outra, bem mais fácil: estarão corretas as imagens que temos feito de nós mesmos e ainda as imagens que os outros têm feito de nós?

Seguirei êste caminho, mas, antes, quero dizer que estou de acôrdo com todos aquêles que afirmam a predominância da marca portuguesa no homem brasileiro. Até aquêles escritores que gostam de mostrar quanto, desde o primeiro dia, nos fomos distanciando dos portugueses, são concordes em afirmar que ainda há muito de português no brasileiro. Digo mais: é a marca portuguesa, explícita ou implícita, que no inconsciente nacional imprime em qualquer pessoa nascida no Brasil o sêlo da plena brasilidade.

Aquí, permiti-me uma digressão. Há anos, venho estudando a história da imigração no Brasil. Mas, o que me interessa, sobretudo, nesse assunto, é compreender o Brasil. José Honório Rodrigues, no seu livro *Aspirações Nacionais*, ao tratar da aculturação e nacionalização dos imigrantes, diz a certa altura: "Não cabe, aquí lembrar a história dessa imigração, ora recrutada, ora espontânea, aberta ou limitada, livre de direitos ou oprimida de restrições". E em nota

de pé de página envia o leitor, porventura desejoso de maiores informações, ao meu livro *Imigração e Colonização no Brasil*.

Devo dizer que as vicissitudes da imigração refletem de maneira precisa as condições estruturais e conjunturais da economia brasileira. E refletem uma série de conceitos ou preconceitos nacionais em relação a problemas que vêm ocupando a atenção de vários pesquisadores, os quais, entretanto, não se têm aproveitado dêsse excelente instrumento de compreensão do Brasil que é a sua história da imigração não lusitana.

No que diz respeito ao assunto em pauta, e à minha afirmação de que uma certa lusitanidade de sangue ou de cultura ou de casamento se faz necessária para que uma pessoa seja considerada realmente brasileira, gostaria de apresentar, como documentação, elementos colhidos no estudo das relações entre luso-brasileiros e teuto-brasileiros em determinadas áreas do Brasil.

Entre os diferentes fatores que de alguma maneira dificultam ou, pelo menos, retardam o processo de integração das populações germânicas existentes no Brasil, há que citar uma certa resistência na sua aceitação por parte dos grupos majoritários.

À primeira vista o problema étnico não deveria contar no Brasil. Nessa mistura de raças aquí existente, maior talvez do que em qualquer outro ponto do globo, dir-se-ia que quaisquer tipos humanos poderiam ser imediatamente aceitos, sem a mais leve relutância. De antemão tudo pareceria caber e encontrar seus similares nesse verdadeiro museu ou feira racial que é o Brasil. Desconfianças étnicas só poderia haver por parte dos alienígenas, das minorias que aquí chegassem, mas nunca de nossa parte em relação aos alienígenas.

Mas, por vêzes, conceitos bastante distintos, como os de raça, cultura e nacionalidade se apresentam entrelaçados e enredados na concretitude da história. E assim, quando se procura conhecer melhor as maneiras de sentir da maioria luso-brasileira que tradicionalmente vem dirigindo o país, vê-

se que essa maioria opõe algumas reservas àquelas populações germânicas existentes em tantos pontos do território nacional, desde o Espírito Santo até o Rio Grande do Sul.

Os filhos de alemães e de imigrantes nórdicos, dinamarquês e suecos, nascidos no Brasil, serão por nós considerados brasileiros como quaisquer outros?

Se as nações americanas, sem exceção, adotaram o critério do *jus soli* para a aquisição de nacionalidade, repudiando o critério do *jus sanguinis*, na prática a tendência geral dos brasileiros é a de não considerarem os filhos puros de teutos como brasileiros autênticos. Nem sempre as cousas se ajustam com perfeição do ponto de vista jurídico e sociológico.

É comum que o luso-brasileiro — seja por brincadeira, ironia ou defesa — chame de alemão ao brasileiro louro, filho de pais alemães, com uma insistência que às vezes irrita e humilha. Por ocasião da última guerra, alguns brasileiros de origem teuta foram chamados à Polícia de Pôrto Alegre, onde um delegado, após adverti-los quanto às suas obrigações, explicou-lhes que eles eram brasileiros e não alemães. Ouvia uma resposta de todo inesperada: “Muito obrigado, senhor delegado, por nos informar que somos brasileiros. Gra-tíssimos estamos ao senhor. Nós sempre dissemos isso, mas os outros brasileiros se obstinavam em nos chamar de alemães”.

Se quiséssemos explicar um sentimento ou antes instinto popular incompletamente formulado, diríamos que brasileiro é quem nasceu no Brasil, fala sem sotaque a língua do país e se entronca de alguma maneira na família brasileira tradicional. Essa família tradicional tem origem portuguesa, embora se haja mesclado com povos variados. Mas sempre um denominador comum luso. É brasileiro quem é luso-africano, luso-indio ou luso-germânico. Quem se afasta desse denominador comum luso está de certa maneira fora do Brasil. Assim, o indio puro não é brasileiro senão por uma ficção jurídica ou literária. Nasceu no Brasil, descende dos ocupantes primitivos do território, seria o verdadeiro dono da terra, mas sua pessoa é para nós algo de exótico, embora saída do centro da terra brasilica. Constitui uma curiosidade, um

alvo de interêsse etnográfico. Para algumas almas generosas é mais do que isso, e passa a ser alvo de interêsse missionário. O negro adquire a nacionalidade, socialmente falando, à medida que vai ficando mulato. O preto puro é africano. Não digo que essa atitude seja correta; tento apenas analisar os fatos como eles vêm ocorrendo, sem formular juízos de valor.

Ainda recentemente, procurando sua espiritual e definitiva integração na comunidade brasileira, alguns líderes negros protestaram contra a maneira, simpática embora, com que muitos sociólogos brasileiros, inimigos acérrimos do preconceito racial, tratam o problema do negro no nosso meio. “Como material etnográfico” diz, censurando, o sr. Guerreiro Ramos. Julgam êsses líderes, se bem consigo interpretá-los, que a valorização dos aspectos pitorescos na comunidade negra do Brasil, que se traduz em estudos de suas músicas, de suas danças, de seus ritos religiosos, de sua comida, contribui de certa maneira para retardar o processo de integração do negro no seio da sociedade atual. O elogio de práticas especificamente negras, sugestionando e encorajando os negros, contribuiria para mantê-los na periferia da vida nacional.

De fato, tudo quanto está fora do tronco luso comum, com êle não se entronca, é sentido como cousa periférica, índios, negros, alemães e ítalos. Não se trata, é óbvio, de preconceito racial, mas de preconceito ou conceito de outra natureza, correspondente aos estereótipos de brasileiro e de brasilidade que possuem a classe média do Brasil e a massa geral de seu povo. E que traduz, por outro lado, uma aspiração de unidade, que foi sempre muito forte em todo o decurso de nossa história.

Se, em relação aos ítalos, como também em relação aos árabes, os conflitos de aculturação são menos flagrantes, pelo menos aos olhos do observador comum, é exatamente porque ítalos e árabes, no seu comportamento, temperamento e tipo físico não se distanciam muito do brasileiro tradicional, pelo menos do brasileiro das classes dominantes. Já alemães e japoneses valem como reagentes mais fortes, que fazem vir à tona, de maneira mais eloqüente, o temperamento dos lu-

so-brasileiros. É possível, é provável até que se estejam formando outros estereótipos, sobretudo no seio das populações de côr. "O Brasil é nosso" dizem hoje algumas pessoas de côr no Rio de Janeiro, significando que não são realmente e completamente nacionais os brasileiros brancos, puramente lusos e netos embora de brasileiros. Mas, não é êsse o sentimento mais geral.

Todavia, contra os próprios portugueses, quando tentaram aqui manter-se isolados, a reação nacional se fêz sentir com veemência e até com violência. Convém não esquecer os episódios de *mata-galego* ocorridos em várias cidades brasileiras. Nem a enorme literatura anti-portuguêsa, do primeiro quartel do século XX e que teve suas maiores expressões em Alvaro Bomilcar e Antônio Tôrres.

Resolvidas as querelas, amainadas as discussões, ressurge, de pronto, na alma brasileira, um sentimento natural de afeto em relação a Portugal, que se manifesta de várias maneiras, inclusive no vasto anedotário com o qual se procura troçar dos portugueses, ridicularizá-los até, com aquela naturalidade com que se brinca com algo que nos pertence. Como não estou aqui palmilhando o terreno do que "deve ser" ou do que "seria bom que fôsse", mas tentando apenas retratar as cousas como elas se passam, direi que costuma haver no brasileiro menos bem informado — e êles são a maioria — um certo sentimento de superioridade em relação aos portugueses, acompanhado de um certo sentimento de inferioridade em relação aos demais europeus.

Mas, o brasileiro é basicamente português, embora sem maior consciência do fato. Veja-se o caso de um poeta como foi Jorge de Lima. Sua identificação com a realidade brasileira era das mais autênticas, pois para isso bastava-lhe voltar à sua infância, tão rica de vivências. E as duas cousas, Brasil e infância, eram cantadas juntas:

*Jenipapo coloriu meu corpo contra os maus olhados
catecismo me ensinou a abraçar os hóspedes,
carumã me alimentou quando eu era criança,
Mãe-negra me contou histórias de bicho,
moleque me ensinou safadasas.*

*Massoca, tapioca, pipoca, tudo comi,
bebi cachaça com cajú para limpar-me,
tive maleita, catapora e ínguas,
bicho-de-pé, saudade, poesia,
fiquei aluado, mal-assombrado, tocando maracá,
dizendo coisas, brincando com as crioulas,
vendo espíritos, abusões, mães-d'água,
conversando com os malucos, conversando sòzinho ...*

Mas, um aspecto ao qual não se pode deixar de aludir, quando se estuda a poesia de Jorge de Lima, — pois êle interessa a quem quiser realmente compreender o Brasil através das suas expressões autênticas e mais altas, — é a presença não intencionada, na sua poesia de "intenção brasileira", da velha alma lusitana.

No seu inconsciente, sua infância estava costurada à infância do Brasil, à aventura portuguêsã nos mares do Sul. Certamente a história do Brasil, tal como era contada pelos homens da geração de Capistrano, encantou a infância de Jorge. Inseridas na própria raiz de sua sensibilidade estavam as imagens do descobrimento, da conquista, da evangelização. E Jorge se sentia português na essência. "Barão êbrio, mas barão". Êle fôra, conforme diria mais tarde em *Invenção de Orfeu* um dêsses

*enfeitados meninos coraleiros,
com as estrêlas do mar em corropio
e um mapa-mundi sempre recortado
em nosso peito cheio de navios.*

Nem sempre êle teve consciência do fato, mas sua lírica e sua religiosidade estiveram sempre impregnadas de uma ternura tipicamente lusitana. Por exemplo, seu poema aos olhos verdes de Nossa Senhora:

*Nossa Senhora, minha madrinha,
tu vês as coisas tão verdes, não é?
Meus olhos pretos, coitados dêles!
Teus olhos verdes, felizes dêles,
minha madrinha, Nossa Senhora da Conceição!*

*Nossa Senhora, dá-me teus olhos
para eu ver com êles meus pobres olhos.
Coitados dêles, minha madrinha,
só vêem as coisas como elas são.*

*Nossa Senhora, minha madrinha,
pinta meus olhos, que eu quero ver
verdes os dias que inda virão.*

*Nossa Senhora, minha madrinha,
tu vêes as coisas verdes, não é?*

*Teus olhos verdes, felizes dêles!
Meus olhos pretos, côr de carvão!
Nossa Senhora, minha madrinha,
tu vêes meus olhos como êles são?*

O louvor dessa pedraria verde, nos olhos das mulheres que amamos é, como já assinalara D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, uma "curiosidade quase privativamente português". Venha embora da França êsse topo poético, segundo quem alguns eruditos, foi na literatura de Portugal que êle encontrou ressonância. E também no Brasil, onde Jorge de Lima, sem saber disso, celebrou os olhos verdes colocando-os na face imaculada de sua madrinha, Nossa Senhora da Conceição.

Também sua maneira carinhosa de conversar com o Menino Jesus é bem brasileira, mas igualmente bem portuguesa. É bem antiespanhola. O Cristo espanhol, sempre visto no seu papel trágico, jamais permitiria tais intimidades aos seus poetas. Talvez, aos seus santos. Mas, êsse não era o caso de Jorge de Lima.

II

A esta altura, toco num ponto de capital importância, que é aquêle das diferenças entre Portugal e Espanha. Julgo que uma compreensão dessas diferenças constitui prefácio indispensável à compreensão do Brasil, de seu povo, de sua literatura de sua história. Qualquer interpretação do Brasil de-

ve ser feita a partir de Portugal, e para melhor entender Portugal, devemos olhar seus contrastes com a Espanha. As semelhanças entre os dois povos peninsulares são patentes, concordo, estão ao alcance de tôda a gente. Se não existisse uma diferença profunda entre êsses dois povos êles se teriam fundido, pois tudo conspirava para uni-los: a proximidade geográfica, a semelhança das línguas, a identidade de religião, a pareença dos respectivos tipos físicos, e até, num certo momento, a necessidade de enfrentar o árabe, inimigo comum.

Unamuno viu além das aparências e compreendeu muito bem as diferenças profundas entre Espanha e Portugal, ao analisar as tendências das duas literaturas. Seu confronto entre a poesia de Verdaguer e a poesia de João de Deus é a êsse respeito muito significativo. Podem-se ler, no livrinho maravilhoso de Unamuno, observações como esta: *La nota zum-bona y satirica va en Portugal del brazo con la nota erotica — elegiaca. Parece un pueblo que no sabe sino llorar o burlarse. Y el burlarse suele ser un modo de llorar. Y creéis que la burla de Eça de Queiróz, de sus implacables sátiras, no son tan dolorosas y tan quejumbrosas como la mas plañidera elegia?*

Se as literaturas nacionais valem como testemunhos que as nações dão de si mesmas, então devemos considerar muito profundas as diferenças entre Portugal e Espanha. A literatura de Portugal traduz a atitude lírica dos portugueses em face da vida, sem deixar a êsse respeito qualquer dúvida. Camões lírico é maior poeta ainda do que Camões épico. E mesmo dentro do épico camoneano o lírico está presente e transparece a cada passo. Na Espanha houve desenvolvimento da poesia épica e da novela, sobretudo da novela picaresca.

No terreno filosófico as diferenças são mais acentuadas ainda, parecendo-nos que os portugueses, ao contrário dos espanhóis, sempre lutaram neste ramo com as maiores dificuldades. E quando surgiu um filósofo da envergadura de Francisco Sanches, nascido em Braga, em 1551, um precursor de outro Francisco — sir Francis Bacon — êle, não encontrando ambiente em Portugal, acabou indo ensinar filosofia e medicina em Toulouse. Até os santos espanhóis como S. João

da Cruz e Santa Tereza precisaram de filosofia e produziram-na. E da melhor. Filosofia e teologia. Com êles, neste terreno, não poderia competir Santo Antônio de Lisboa, e nem mesmo João de Santo Tomaz.

Mas, as cousas não acabam aqui. As dissemelhanças se mostram a cada passo.

Que diferencia — exclama Unamuno — *entre un cementério de aldea português y un cementério de aldea castellano!*

Como são etnograficamente diferentes o catolicismo português e o espanhol! A atitude lírica do português em face da vida se reflete no seu culto ao Menino-Deus, enquanto na Espanha predominam as imagens de Cristo, trágicas, macilentas, de pés gangrenados, olhares vidrados, o rosto sempre inundado de sangue. O português gosta é de Nossa Senhora da Conceição; na Espanha, a imagem dela mais apreciada é a da Mater Dolorosa, coberta de roxo. A religião espanhola é trágica, teatral e supersticiosa. Há certas práticas piedosas na Espanha completamente desconhecidas e até impensáveis em Portugal. Quando morre uma senhora, o nome do confessor aparece antes do nome do marido nos convites para a missa do sétimo dia. Há na Espanha cousas assim: a imagem de San Miguel de Aralar é todos os anos carregada aos ombros de moços de Huarte Araquil que foram inscritos por seus pais, ao nascer, para conseguir por rigorosa ordem de inscrição, a honra de carregar a imagem.

Embora tanto espanhóis quanto portugueses sejam católicos, não se observará em Portugal aquela abdicação do poder civil nas mãos da Igreja, como tantas vêzes ocorreu na Espanha. Sempre houve uma tradição e um certo tipo de anticlericalismo galaico-português moderado mas vigilante que ajudou a manter Igreja e Estado funcionando dentro de suas respectivas esferas, e que, de certa maneira, serviu para prevenir explorações mais violentas do sentimento anticlerical, como veio a acontecer na Espanha, ainda neste século.

Por outro lado, há um vivo contraste entre a Igreja espanhola e a Igreja portuguesa, no que se refere à posse de bens materiais. Com as inevitáveis exceções, pode-se dizer que

não foi pecado dos sacerdotes de Portugal a ambição de bens materiais. A Igreja portuguesa e a brasileira sempre foram gloriosamente pobres. Tôda a riqueza que havia era posta nos templos; era, em verdade, uma riqueza que pertencia a tôda gente. Dirigindo templos dourados, havia párocos paupérrimos, realmente necessitados. E se, diga-se desde já, no Brasil atual existem ordens religiosas masculinas e femininas que demonstram algum cepticismo quanto à promessa feita no Sermão da Montanha (Mateus 6: 24-34) observe-se que se trata, em geral, de ordens religiosas de direção e de origem não lusitana ou luso-brasileira.

Voltando ao caso de Espanha versus Portugal, diremos que sempre foram muito diferentes, nas suas qualidades e nos seus defeitos os padres de Portugal e os padres de Espanha. Pecado de padre espanhol é dinheiro, cupidez de poder, intriga política; pecado de padre português é comadre, é mulher. Quando um anticlerical português abre a bôca para falar mal de padre, já sabemos, de antemão, a história que irá contar.

E, como são diferentes a tourada portuguesa e a tourada espanhola! Em Portugal não se mata o touro. O toureiro que mata o touro vira açougueiro, é olhado com desprezo, e mais, é processado. A inegável grandeza da tourada castelhana, que Bernanos sabia tão bem caracterizar, desaparece completamente na corrida de touros praticada em Portugal. Desde que o Marquês de Marialva tombou, vítima de uma cornada, os portugueses não querem mais nada com o sangue "a las cinco en punto de la tarde".

Disse-me certa vez uma senhora argentina que achava fraca, sem graça e aguada a palavra *sangue*. Não lhe trazia a representação mental de *sangre*. Talvez se possa dizer que existe entre a tourada portuguesa e a espanhola uma diferença equivalente à que existe entre *sangue* e *sangre*, dois vocábulos aparentemente tão semelhantes.

E note-se que *sangre* é feminino, o que aumenta sua força. O apoio vocálico do *a* torna o vocábulo muito mais forte do que seria se dissessem *el sangre*, com seu *l* doce, palatal. A palavra é feminina, como são as palavras muito amadas:

.....
la sangre corria por las calles
corria simplemente, como sangre

A discussão desses problemas — Portugal versus Espanha e América Portuguesa versus América Espanhola — já me valeu certa vez a pecha de inimigo da Espanha. Mas, não se trata disso. Embora haja no temperamento e nos hábitos dos espanhóis cousas que me desagradam e me atemorizam, eu considero que o país deles é, sob vários aspectos bem mais interessante e fascinante que Portugal. A contribuição espanhola ao pensamento humano, à pintura, à filosofia, à teologia, à música, à medicina é mais importante que a contribuição portuguesa, sem sombra de dúvida. Entretanto, a diferença entre Portugal e Castela é tal que não foi possível, aos espanhóis, apesar de sua superioridade, incorporar Portugal à unidade política formada pelas diferentes Espanhas. Sim, porque a Espanha é, em verdade, um mosaico. Mas nunca foi possível ajustar Portugal no desenho desse mosaico.

Antônio Sardinha julgava que Portugal só poderia cumprir seu destino histórico em união com a Espanha. Queria pois uma reestruturação da península em bases federativas. Para ele, o gênio espanhol e o gênio português não seriam adversos, mas complementares. Mas, eu creio que a padeira de Aljubarrota, soube, nesta questão particular, exprimir muito mais fielmente a alma de sua gente que Antônio Sardinha.

A Espanha de hoje é o resultado do imperialismo de Castela, região que está para a Espanha como a Prússia esteve para a Alemanha, ou o Piemonte para a Itália. Foi a Espanha o primeiro país da Europa a realizar sua unificação, que precedeu à da Grã-Bretanha, à da França, para não falar na da Itália e da Alemanha. E Castela sempre desejou o domínio de Portugal. Quando após o casamento de Fernando de Aragão e Isabel de Castela surgiu a nação espanhola, ela a seguir, e por longo tempo, se tornou a maior potência da Europa. Dominava até a Holanda e foi capaz de preparar uma esquadra que, tivesse atingido o litoral inimigo, teria subjogado a Inglaterra. Em face de uma Espanha tão poderosa e

truculenta, a pequenina nação que se formara a partir do velho condado portugalense mantém galhardamente sua independência.

Por um instante, sob os Felipes, a coroa espanhola consegue enfeudar Portugal. Nessa ocasião Felipe II oferecia a coroa do Brasil ao duque de Bragança, em troca dos seus direitos ao trono de Portugal. Os anos de vida comum, de 1580 a 1640, Portugal os considerou anos de servidão. É que algo mais forte que o determinismo geográfico, o poder das armas e os artifícios dinásticos existia em Portugal, ou seja, a consciência nacional, em outros termos, a consciência da própria identidade, da própria singularidade.

As diferenças entre Portugal e Espanha se fariam sentir no Novo Mundo, em face do índio. Já no momento da descoberta, Pero Vaz de Caminha louvara os índios, e sobretudo as índias. Portugueses e espanhóis vinham para esta banda do mundo freqüentemente desacompanhados de suas espôsas, e aqui procuravam o convívio das mulheres indígenas. Mas enquanto a legislação portuguesa favorecia o casamento com as índias (ver Rodolfo Garcia, p. 268) a legislação espanhola considerava os mestiços infames de direito e de sangue.

Na América portuguesa não houve universidades. Os espanhóis criaram universidades na América, logo no início. Famosa ficou a Universidade de São Marcos, em Lima, onde não era facultada a matrícula a quaisquer mestiços de sangue negro ou índio. Também esses não eram aceitos no *proto medicado*. Algum mestiço que entrava nessas escolas ocultando suas origens raciais corria o risco de ver mais tarde anulado o grau concedido, se porventura se vinha a descobrir que não era *limpio de sangre*.

No Brasil colonial as cousas foram bem diferentes. Entre outros atos, temos o alvará de lei de 4 de abril de 1755 favorecendo casamentos de brancos com índios e proibindo tratar estes com o nome de *cabouclos* (Visconde de Pôrto Seguro — *História Geral do Brasil*, tomo 4, p. 316. Ver também Rodolfo Garcia — *História Política e Administrativa do Brasil*, p. 268). Mas as cousas eram menos favoráveis aos pretos. Assim, por portaria de 6 de agosto de 1771 o vice-

rei do Estado do Brasil mandou dar baixa de capitão-mor a um índio porque êste se casara com um preta. Manchara o sangue, tornando-se indigno de exercer o pôsto com que fôra honrado por El-rei.

A legislação discriminatória foi sendo rapidamente revogada, e já em 1773 (alvará de 16 de janeiro) se considerava que os próprios pretos poderiam ocupar quaisquer cargos, uma vez libertados. Se, efetivamente, vieram a ocupar os cargos para os quais eram considerados legalmente, aptos, é outro assunto. O que parece é que, no período colonial a maioria dos funcionários colocados em postos altos era composta de brancos. Ou, se um mulato atingia alto cargo, passava a ser considerado branco, como naquela história pitoresca, muito conhecida, relatada por Koster. Como o viajante indagasse se era mulato certo capitão-mor, obteve a seguinte resposta: — “Era, mas já não é. Pois é lá possível um capitão-mor ser mulato?”.

Mas, dessa história, o que se infere é haver Koster encontrado mulato ocupando alta função, e isso não ocorria na América espanhola.

Como a relembrar as severas discriminações da América espanhola temos o caso da canonização recente de mais um peruano, São Martin de Porres, irmão leigo dominicano que não pôde em vida receber ordens sacras, por ser mulato, mas que agora, morto, acaba de ser elevado à honra dos altares.

No Brasil sempre tivemos sacerdotes pretos e mulatos, e até bispos pretos, um dos quais acabou membro da Academia Brasileira de Letras.

É certo que no seio da cristandade espanhola, tão rica de heróis e de santos, haveriam de surgir vozes em defesa dos índios. Entre essas será sempre lembrada a de frei Bartolomeu de Las Casas (1474-1565) que lutou tôda a vida contra aquêles teólogos espanhóis que sustentavam a tese estranhíssima de não serem os índios homens, mas sim animais. Argumentava-se que não sendo êles descendentes de nenhum dos filhos de Noé, Sem, Cham e Japhet, pois não eram arianos, nem semitas, nem negros, não podiam pertencer ao gê-

nero humano. Quando se atenta na ânsia dos europeus em dispor do trabalho escravo, percebe-se fãcilmente como, dentro dêsse contexto foi possível florescerem tais idéias. De qualquer sorte, diziam outros, sendo os índios antropófagos, deviam ser escravizados para perderem êsse feio hábito. Êsse último argumento foi usado por Cristóvão Colombo em carta ao Rei, imediatamente após o descobrimento da América.

Las Casas, antes de morrer, predisse a queda do poder mundial da Espanha “pois o julgamento divino desceria sobre um país que tinha faltado à sua missão” e pediu a conservação de seus escritos “para que êles pudessem um dia dar testemunho da Justiça de Deus (John M. Oesterreicher — *Racisme, Antisemitisme, Anticristianisme*, p. 50, 1943).

Registre-se, embora fazendo uma digressão, que Roma jamais pactuou com essa falsa teologia combatida por Las Casas. Na bula *Sublimis Deus*, de 9 de julho de 1537, o Papa Paulo III se apressou em condenar os falsos fundamentos teológicos da caça aos índios, nos seguintes têrmos:

“O inimigo do gênero humano que perpétuamente combate tôdas as obras boas e procura destruí-las, imaginou um modo de impedir que a mensagem divina traga aos povos a salvação. Sugeriu a alguns dos seus satélites a idéia de espalhar pelo mundo a opinião de que os habitantes das Índias Ocidentais e dos continentes austrais, de que só recentemente tivemos conhecimento, deviam ser tratados como animais sem razão e utilizados exclusivamente em nosso proveito, sob pretexto de que não participam de nossa fé católica e seriam incapazes de a adotar... Nós vemos (ao contrário) nos índios homens verdadeiros, que não são apenas capazes de aspirar a fé cristã, mas que aspiram a ela... Decidimos, assim, que os ditos índios, bem como todos os outros povos que, em futuro, a cristandade vier a descobrir, não devem ser privados de sua liberdade e seus bens... Os índios e êsses outros povos que vierem a ser descobertos só devem ser convertidos pela palavra de Deus e pelo exemplo de uma boa e sã conduta”.

As idéias de Las Casas encontraram acolhida no espírito de Francisco de Vittoria (1480-1546) precursor admirá-

vel, que soube combater a exploração do homem pelo homem em termos de absoluta modernidade.

Não se nega que também o português tentou escravizar o índio, e quando desistiu dessa empreza — pois é quase impossível obter trabalho ou rendimento econômico de um índio escravizado — lançou mão do africano. Também aqui houve, e continua havendo, matança de índios. Mas jamais tivemos figuras tenebrosas como a de Cortez, no México, a de Pizarro, no Peru, ou ainda a de Aguirre na sua excursão amazônica.

Parados e calados, portugueses e espanhóis são parecidíssimos, mas começam a se diferenciar tão logo começam a movimentar-se. Surgem de pronto as diferenças, seja na maneira de rezar, na maneira de encarar as relações entre Igreja e Estado, na maneira de enfrentar índios, herejes, mouros e touros. É o que acontece com as duas línguas. O castelhano, sobretudo quando escrito, é mais parecido até com o português do que com o catalão. Mas, na linguagem falada surgem diferenças fonéticas significativas. Aliás, desde a primeira hora se distinguiram os dois romances (romance: nome dado ao estado lingüístico intermediário entre o latim vulgar e as línguas românicas como as conhecemos): o do centro da Ibéria (castelhano) e o do oeste (galego-português). Entre outras características há que assinalar, na fala portuguesa, a debilidade de suas consonantes intervocálicas que tendem a vocalizar-se ou sonorizando-se ou caindo. O espanhol conservou muito melhor as consonantes intervocálicas. A conservação delas e a ditongação do *e* e do *o* aberto tornou as palavras e conseqüentemente as frases espanholas muito longas: céu — *cielo*, são — *sano*, pessoais — *personales*. A frase longa obrigou o espanhol a falar tão depressa que é curioso ver na fronteira do Brasil com seus vizinhos o espanto e de certa maneira o encantamento de nossas crianças quando ouvem as da banda de lá brincar ou conversar.

Além de conservar melhor as consoantes, o espanhol fez mais. Adquiriu dois sons consoantes ásperos que hoje o caracterizam, o *c* interdental (representado por *c* e *s*) e a

aspiração gutural representada na grafia por *j* ou *g* antes de *e* ou *i*: *corazón*, *decir*, *general*, *mejor*.

Por tudo isso Eduardo Bourciez (E. Bourciez, *Elements de Linguistique Romane*, 2e. ed. refundie et completée, Paris 1923, p. 383) escreveu: “Pode-se pois dizer que na articulação das consoantes, bem como no vocalismo, refletem-se nas duas línguas da península uma diferença devida talvez ao clima e ao caráter dos povos. Há na pronúncia espanhola algo de aspereza dos planaltos da Ibéria Central, algo também da orgulhosa altivez (*fierté hautaine*) dos fidalgos; sob a influência de um clima delicioso, o português ao contrário dá mostras de ter sofrido um amolecimento progressivo”.

Esse amolecimento se acentuaria nos trópicos, e com a fusão do negro e do índio, surgiu o modo brasileiro de falar, mais doce ainda.

Claro está que sempre existiram em Portugal, e também no Brasil, temperamentos espanhóis. Um deles, em nossos dias, é Gustavo Corção. Por outro lado, existiram e existem na Espanha, temperamentos portugueses, também ingleses, também germânicos. O que é que não existe na Espanha, aliás? Mas, estamos tentando mostrar apenas aqueles traços mais gerais, mais expressivos, e para nós o espanhol se caracteriza melhor no cardeal da peça de Júlio Dantas, que não matou em duelo o sol pelas alturas, só para não deixar Salamanca às escuras.

Jamais a Espanha, no fundo do seu coração, viu com bons olhos a persistência de Portugal como nação independente e diferente. E, como para compensar ou corrigir um afastamento que sempre lhes pareceu antinatural, os espanhóis passaram a considerar a cultura portuguesa e o mundo que o português criou, manifestações senão espanholas, pelo menos hispânicas. Fazendo uma distinção que acarreta bastante confusão dizem que se Portugal não pertence à Espanha, pertence contudo à Hispânica. Camões é um poeta hispânico. O Brasil é uma criação da *Hispânicidad*.

Essa colocação rebarbativa, embora etimologicamente correta, jamais irritou, que eu saiba, a quem quer que fôsse, no

Brasil ou em Portugal, porque quase ninguém, em Portugal ou no Brasil, dela tomou maior conhecimento. Adotaram-na, contudo, os povos de língua inglesa, porque para eles é mais fácil colocar tudo num saco só. E hoje, para todos os ingleses, como para a maioria dos norte-americanos, o Brasil é um país onde se fala espanhol. Pois não é o espanhol a língua da *Latin-América*?

Na Biblioteca do Congresso, nos Estados Unidos, existe um magnífico depósito hispânico onde estão incluídas as obras de Camões, de Fernando Pessoa, de Castro Alves, de Carlos Drummond de Andrade, de Jorge de Lima, de Manoel Bandeira, de Cecília Meireles, de Machado de Assis. Sem qualquer sombra de dúvida é para esses autores honrosíssima a mistura que fizeram de suas obras com as de Cervantes e as de Garcia Lorca. Apenas, isso não corresponde a realidade. É bem diverso o gênio das duas literaturas.

Não se veja nestas palavras qualquer sentimento anticastelhano, qualquer má vontade contra a pátria de Goya e de Picasso e de pensadores da grandeza de um Suarez e de uma Vittoria, cujos nomes pronunciamos com particular afeto, e até com certo orgulho, por serem eles pensadores católicos e latinos.

Cervantes também é nosso, um pouco, por se tratar de escritor latino, e não por se tratar de escritor espanhol. É tão nosso quanto o são Pascal ou Descartes. Santa Tereza d'Ávila é tão nossa quanto Santa Terezinha de Lisieux. Em face de um anglo-saxão, de um germânico ou de um eslavo, as cousas de Espanha são também cousas nossas, um pouco, mas na medida em que somos latinos e não na medida em que somos ibéricos. Pelo menos, fazendo uma autoanálise digo que foi assim que sempre me senti.

Talvez fôsse melhor que, nós, brasileiros, falássemos espanhol, língua muito mais difundida que o português. Como teria sido melhor que não tivesse havido a terrível confusão de línguas resultantes daquele delírio frenético que se apoderou dos homens, há milênios, quando tentaram erguer a Torre de Babel. Espanha e Portugal, juntando-se, poderiam formar, quem sabe, uma dupla interessantíssima e cheia de com-

plementaridade, uma dupla como Cervantes imaginou: Dom Quixote e Sancho Panza. Mas a verdade é que a dupla, dentro de um conceito uninacional, existiu apenas na ficção. E a verdade é que, *as a matter of fact*, o povo brasileiro, todo ele, fala português, e o Brasil, embora estime realmente seus vizinhos, não se sente integrado na *Hispanidad*, em que pesem os esforços de Sílvio Júlio.

Os povos americanos de língua espanhola também não são iguais e seria fácil traçar um quadro de oposições e de contrastes marcantes entre, por exemplo, o mexicano e o argentino. Érico Veríssimo, definiu o argentino como "um italiano que fala espanhol e pensa que é inglês". Nessa definição, na qual não existe nem poderia haver intenção de ferir, e que deve ser interpretada como bricadeira afetuosa, o que existe de bom é que ela assinala, com precisão, a diversidade das influências formadoras do caráter argentino. Realmente, a imigração, sobretudo a italiana, tem sido fator direto, de importância enorme, no crescimento da população argentina. No Brasil, conforme assinalou e documentou Giorgio Mortara, o papel direto da imigração no desenvolvimento da população brasileira foi relativamente pequeno.

Por tudo quanto foi dito seria mais conveniente que alemães, ingleses ou norte-americanos, porventura desejosos de conhecer a América Latina comessem seus estudos fazendo uma distinção entre América Portuguesa e América Espanhola. E que, no seu relacionamento diplomático e político, levassem em conta essa distinção básica.

III

Além da portuguesa, outras influências deveriam ser estudadas, como a do negro, a do índio e a do imigrante não-lusitano.

Não estão os autores do acôrdo sobre a importância da contribuição negra na formação do Brasil, tendendo alguns a exagerá-la, outros a minizá-la. Sílvio Romero considerava que os ameríndios e negros eram peças ainda desarticuladas na

cultura e na sociedade do Brasil. Esse parecer de Sílvio viria a ser contestado por Gilberto Freyre que viu nêlo um sinal da moda que houve "entre brasileiros sofisticados de tudo esconder que fôsse de origem africana: sangue, alimentos, costumes, palavras a tôda outra influência ou elemento possível de ocultar". É possível que sim, mas também é possível que não fôsse esse o caso de Sílvio Romero. Mas, o certo é que a preocupação de ocultar o negro foi muito constante no Brasil. Nossa literatura de ficção reflete pouco o *melting-pot* nacional, salvo aquela literatura de idealização do índio. Este, sim, foi idealizado com uma fôrça sem igual. Nenhuma figura negra foi objeto de tanta idealização quanto Iracema, com sua beleza perturbadora, ou quanto Peri, célebre por sua bravura.

Muito menos, há poemas sôbre o drama da miscigenação. Nenhum mulato veio dizer à semelhança do americano Langston Huges:

*Meu pai morreu numa casa grande e bela,
Minha mãezinha numa miserável choupana,
Quem me dirá onde vou acabar os meus dias,
Não sendo branco nem preto?*

Por parte dos negros e mulatos, houve sempre pudor em falar nos seus dramas. Quem escreve sôbre eles são escritores brancos, como Aloísio de Azevedo. Ou então, mestiços que escrevem como se brancos fôssem. Nosso grande, maravilhoso poeta negro Cruz e Souza não cantou a sua côr. Jorge de Lima escrevia sôbre o preto como se êle, Jorge, fôsse um ariano puro. Machado de Assis, então, era um aristocrata. Escrevia, qualquer aliás que fôsse o assunto, como um *detachment* que não poderiam ter escritores brancos como Alencar, Nabuco ou Eduardo Prado.

Em 1951 apareceu um romance, *A Maldição de Canaan* (Romeu Crusoé — *A Maldição de Canaan* — prefácio de Osório Borba, publicado por Irmãos Di Giorgio e Cia. — Rio de Janeiro, 1951) em que o autor, falando na primeira pessoa, relatava as humilhações que sofrera, desde menino, devido à circunstância de ser negro. Entre outros fatos — alunos ne-

gros habilidosamente recusados em colégios de gente branca; hotéis, restaurantes, sorveterias, barbearias, clubes esportivos nos quais jamais se vê um negro — referiu um fato para o qual se tem chamado pouca atenção: o preconceito do mulato contra o preto. O livro não teve a menor repercussão no Brasil. Dir-se-á que faltava à obra mérito literário maior. Mas, outra deve ser a explicação. A maneira pela qual o assunto era tratado aberrava dos hábitos nacionais, feria os sentimentos de brancos, negros e mulatos, e por isso o livro foi ignorado. Não era assim que Aloísio de Azevedo tratava das relações de brancos e pretos, nem dos ciúmes da sinhá traída pelo espôso com uma escrava. Jorge de Lima soube tratar do caso da *Nega Fulô* de um jeito que foi aceito por tôda a gente. O poema tornou-se popularíssimo.

Certamente filiado ao desejo de esconder o negro, como ainda ao complexo de culpa pela escravidão e pelo tráfico, foi o gesto de Tristão de Alencar Araripe que após a proclamação da República, numa interinidade muito curta no Ministério da Fazenda, mandou queimar todos os documentos referentes à venda de escravos, ou a impostos cobrados em tal negócio.

Um censo houve, o de 1920, no qual não figurou o atributo da côr. Procurava-se fugir do assunto. E não se diga que esse pudor nacional na questão da raça preta haja terminado. As mulatas, no Brasil, são geralmente chamadas de morenas. De uma preta se diz: *uma escurinha* ou então *uma morena muito queimada*. Procura-se fugir de uma caracterização muito nítida, para não magoar.

Em momentos de desinibição, como no carnaval, surge então a louvação da mulata, mas é uma louvação genérica, a uma mulata não especificada.

Antes disso, pesquisando muito, iremos encontrar louvores à mulata, e até à negra, em Gonçalves Crespo. Mas, Gonçalves Crespo, mulato nascido no Brasil, foi poeta em Portugal, onde se formou e onde viveu. Lá é que êle escreveu e publicou seu poema *A Negra* e outros semelhantes.

Últimamente se vem fazendo um movimento muito ostensivo de promoção da mulata, nos jornais, na televisão, no cinema. Após longa fase de relativa ocultação, estamos passan-

do à da exibição. É um fenômeno deliberado e intencional, no qual vem desempenhando papel importante o poeta Vinicius de Moraes, autor, entre muitos outros, sempre na mesma linha, de um poema recentemente divulgado (*Realidade*, nº 1, 1966) no qual se louva a “coisa gostosa” que é a mulata, seu “balanço certo”, sua “articulação perfeita no amor”. Para ela, diz o poeta, “o amor é um ato tão natural como comer ou dormir: de preferência sempre a dois”.

Não chega a ser um poema de afeto, de comunhão de almas. Não dignifica a mulata. O que se enaltece, são apenas pretensas qualidades afrodisíacas, que ela teria. A ela se atribui um calor especial, um vigor sexual mais intenso. Jamais um sociólogo poderia ver, em versos assim, a indicação de uma vitória efetiva sobre o preconceito racial. Mas, um psicólogo poderia ver, numa louvação dêsse tipo, a identificação da mulata com a mulher permitida, em contraste com a mulher proibida, de tipo materno. O poeta aplaude aquilo que tem sabor de fruta exótica, diferente, silvestre, um pouco à maneira de Pero Vaz de Caminha descrevendo, com olhares gulosos, as indígenas do Brasil.

Já Catulo Cearense, no seu poema *um boêmio no céu*, fazia seu personagem dirigir-se a São Pedro com essas palavras:

*eu vos direi, Senhor, que entre as mil virgens
não há mulher mais linda e succulenta,
que tenha o fogo fresco da pimenta,
e que seja mais chic e democrata,
do que êsse caruru vertiginoso
do que êsse vatapá turbulento,
que Deus humanizou numa mulata!*

Há, sem dúvida, pelo menos um lado positivo em poemas como êsses de Vinicius de Moraes e de Catulo Cearense. Eles servem para combater os recalques, os tremendos recalques observados, por exemplo, em países como os Estados Unidos, onde existem belíssimas mulatas, e em número crescente, mas onde se procura ocultar qualquer sinal da atração por elas exercida sobre a população branca masculina.

* * *

Numa antologia negra, publicada nos Estados Unidos, há um capítulo acerca do problema no Brasil, onde se diz que o brasileiro não tem nem jamais teve ódio ao negro, mas gostaria de vê-lo desaparecer como foi desaparecendo a sífilis do seu sangue.

Desaparecerá o negro do Brasil? Sua marca se atenuará ou crescerá? Vários escritores sustentaram a tese da arianização progressiva do povo brasileiro.

Escrevia Silvio Romero em sua *História da Literatura Brasileira*: O mestiço, que é a genuína formação histórica brasileira, ficará só diante do branco quase puro, com o qual se há de, mais cedo ou mais tarde confundir. Não é fantasia: calculavam-se em três milhões talvez os índios do Brasil; hoje, onde estão êles?

“Sabe-se que na mestiçagem a seleção natural, ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o tipo da raça mais numerosa, e entre nós, das raças puras a mais numerosa, pela imigração européia, tem sido e tende ainda a sê-lo, a branca. É conhecida por isso, a proverbial tendência do pardo, do mulato em geral, de fazer-se passar por branco, quando sua côr pode iludir”.

Documentando o embranquecimento gradual do Brasil temos as cifras do recenseamento de 1872 quando tínhamos 1.510.806 escravos, 3.801.782 pretos livres e mestiços e 3.787.289 brancos. Os brancos estavam nitidamente em minoria. Representavam 40 por cento da população. No recenseamento de 1940, para uma população de 41.236.315 habitantes, havia 26.171.778 brancos, portanto de 60 por cento. Essa percentagem se manteve equivalente no recenseamento de 1950 quando para 51.944.397 habitantes, havia 32.027.661 brancos.

Parece estar se processando no Brasil, embora mais lentamente, fenômeno semelhante ao que aconteceu em Portugal no século XVI. Em Lisboa, para uma população de 80.000 havia 10.000 negros e mouros que acabaram por desaparecer, embora modificando bastante o aspecto da população portuguesa. São dessa época êsses versos, de Garcia de Rezende, citados por Oliveira Martins na sua *História de Portugal*:

*Vemos no Reyno metter
Tantos cativos crescer
E irem-se os naturais,
Que, se assim fôr, serão mais
Eles que nós, a meu ver.*

Que a mistura de negros e brancos, sobretudo na população humilde é intensa, não há dúvida. Em certas áreas do país, os negros existentes, e me refiro àqueles não ainda qualificados como mulatos, mas sim como negros, não são mais negros retintos. Hoje em dia, o brasileiro, acostumado aos negros, tem em geral um movimento de surpresa quando viaja; quando vai, por exemplo, a Londres, e vê negros puros, em abundância, e de pele realmente preta. O negro brasileiro é marron, com algumas exceções.

Mas, certa ou errada, a tese da arianização progressiva exprime freqüentemente um *wishful thinking*, um anseio de embranquecimento, muito generalizado no Brasil, sobretudo entre mulatos claros.

Cassiano Ricardo, homem de côr, considera o negro brasileiro "carvão para a fornalha das raças". A frase é expressiva do racismo brasileiro, que não procura a segregação dos genes negros, mas sua diluição.

Jorge de Lima, que também era mestiço, profetizou a arianização progressiva do Brasil num livro curiosíssimo, publicado em alemão. Afrânio Peixoto, que tinha sua quota de sangue negro, foi também um crente na arianização do Brasil.

Oliveira Viana, que era mulato claro, tinha provavelmente esse desejo, que êle transferiu para o Brasil, objeto de seus estudos e de seus afetos. Em *Evolução do Povo Brasileiro* êle sustentou a tese da arianização progressiva. Mas é sobretudo no seu livro *O Campeador Rio-Grandense* que se pode perceber melhor quão profundo era o preconceito racial na alma de Oliveira Viana. Homem de gabinete, que pouco viajava, escreveu sobre o Rio Grande sem conhecer o Rio Grande. Mas, para que conhecer? Bastava-lhe saber que o homem do sul era o mais branco do Brasil, aquêle que carregava menos negritude em sua pele, em seu sangue, em sua alma. Daí seu

entusiasmo, sua confiança no gaúcho. De longe embora, êle sentia que do corpo do monarca das coxilhas, de seu "todo atlético e franco" se irradiava "uma como emanção odínica" (p. 335). "Matam um homem com a mesma facilidade com que matam uma rês" (p. 337) dizia, e era forçado a reconhecer, diante disso, que aos gaúchos faltava um "certo apuro de sensibilidade moral". Mas, depressa esquecia essa pequena falha para louvar, a "bela robustez física", enfim, os "belos atributos da raça branca" que êle enxergava no campeão rio-grandense.

Conforme disse, é sobretudo entre os mulatos claros que esse desejo de embranquecimento do Brasil se mostra mais forte. O preconceito contra o negro vem sendo combatido por escritores brancos como Gilberto Freyre, Roquete Pinto, Artur Ramos, Viana Moog, Raquel de Queiroz. São êles que procuram libertar o brasileiro do seu complexo de raça. Mas o fazem em termos que freqüentemente desagradam ao mulato, como se pode ver nas reações, à primeira vista incompreensíveis, de Guerreiro Ramos contra Gilberto Freyre.

Numa passagem curiosa, mas ilustrativa, escreve Guerreiro Ramos (Diário de Notícias, Rio, 20 de set. 1953): "À parte certas demonstrações nominais de apoio à elevação econômica e social do negro, nossos estudiosos o têm visto como material etnográfico. Assim, focalizaram a religião, a alimentação, a indumentária, as tatuagens, as medidas antropométricas, a criminalidade, a composição do sangue, a música, a medicina popular e não sei mais que aspectos das chamadas culturas negras e da gente de côr. Pregam a preservação dessas culturas e se sentem audazes quando assim procedem. E quando, no papel, condenam a discriminação da gente de côr, não se contêm na admiração da própria audácia; pedem o reconhecimento público pela sua temeridade generosa em pról dos humilhados e ofendidos...".

Uma das maiores dificuldades na superação do preconceito racial no Brasil, reside no mulato. Já Euclides da Cunha registrara: "O mulato despreza irresistivelmente ao negro e procura com uma tenacidade ansiosíssima cruzamentos que apaguem na sua pele o estigma da fronte escurecida".

Seria interessante uma pesquisa relativamente ao preconceito racial entre mulatos de diferentes matizes. Ver-se-ia então a enorme valorização de pequenos matizes de côr que passam despercebidos do branco europeu ou do negro africano.

Se o desejo de ver ou de prever o Brasil como uma terra de gente branca representa freqüentemente a transferência afetiva de um desejo pessoal de embranquecimento, êle se baseia, por outro lado na convicção da superioridade racial dos povos nórdicos. E, dest'arte, tanto mulatos quanto brancos mais ou menos puros concorrem nos seus esforços para transformar o Brasil numa terra de gente branca, relegando o negro a uma situação de grupo sempre minoritário.

* * *

O desejo de embranquecer o Brasil transparece ainda em vários documentos oficiais. José Honório Rodrigues (*Brasil e Africa*, 1º vol. p. 166) cita o relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1834 onde se denunciava a cobiça dos transportadores de escravos, unidos "no plano de africanizar o Brasil". A "necessidade de gente branca e industriosa" era reconhecida nos relatórios de 1835, 1838 e 1847.

Foi, sobretudo, o desejo de não agravar o aspecto heterogêneo da população brasileira, conforme assinalou o Imperador Dom Pedro II, que frustrou, ao tempo do 2º Império, o desejo dos fazendeiros brasileiros de receberem trabalhadores chineses. Tratamos dêsse assunto, extensamente, em livro (*Imigração e Colonização do Brasil*) e em artigos de jornal (*O Jornal*, Rio, Setembro de 1951).

Em 1897, já na República, Joaquim Murinho que era mulato, e que foi ministro de Campos Sales, escrevia em relatório que ficou célebre: "Não podemos, como muitos aspiram, tomar os Estados Unidos da América do Norte como tipo para nosso desenvolvimento industrial, porque não temos as aptidões superiores de sua raça, fôrça que representa, papel principal no progresso industrial dêsse grande povo".

Nossa política imigratória reflete também nossas preferências raciais. Em trabalhos anteriores (ver *Digesto Econô-*

mico — nº 175) enumeramos os principais textos da lei contendo discriminações raciais. Assim, o decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, que passou a regularizar o serviço de introdução e localização de imigrantes na jovem República dos Estados Unidos do Brasil, decreto assinado pelo Mal. Deodoro e seu ministro mulato Francisco Glicério rezava logo no art. 1º: "É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, excetuados os indígenas da Ásia, ou da África que sòmente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acôrdo com as condições que forem então estipuladas". Essa interdição relativa aos asiáticos e africanos teve seus efeitos, senão diretos, pelo menos indiretos. Medeiros e Albuquerque nos conta dos seus esforços em prol da imigração de armênios que estavam sofrendo perseguições na Turquia e não tinham realmente para onde ir. Em 1908, aquêle escritor visitou o Patriarca da Armênia que o apoiou e o encorajou, mas como a proibição da lei brasileira, embora visando apenas pretos e amarelos, abrangesse todos os asiáticos, não se tratou mais da imigração de armênios.

Em 1921 e 1923 foram apresentados à Câmara dos Deputados, projetos de lei proibindo a entrada no Brasil de pessoas que não fôssem de raça branca. Tais projetos, como o de Andrade Bezerra e Cincinato Braga em 1921, e o de Fidelis Reis em 1923, não conseguiram aprovação porque êles explicitamente proibiam a entrada de amarelos e negros. O preconceito racial, na sua peculiaridade brasileira, não deseja, evita quanto possível ferir frontalmente o assunto. Embora a maioria dos deputados estivesse de acôrdo, em princípio, com aquêles projetos, sua formulação foi considerada infeliz. Mas em 1934 o projeto das quotas de imigrantes foi vitoriosamente aprovado porque poupou ao legislador o mau gôsto de assumir explicitamente uma posição racista. Na realidade, a lei das quotas visou diretamente restringir o ingresso de japoneses. Como lei geral, não teria sentido uma vez que a procura por parte dos imigrantes europeus era inferior às quotas estipuladas. De acôrdo com esta lei só poderíamos rece-

ber anualmente 2 por cento do número de imigrantes de cada nacionalidade entrados nos últimos 50 anos. Como nos últimos 50 anos a entrada de portugueses e italianos havia sido muito alta, a quota de 2 por cento era satisfatória para a procura que então havia por parte desses elementos.

Como o número de japoneses entrados nos 50 anos anteriores à promulgação da lei era insignificante, a quota de 2 por cento era realmente adequada para frear, como de fato freou, a avalanche de japoneses que então procurava o Brasil. Foi dito e explicado ao Parlamento que nada tínhamos a objetar contra os japoneses do ponto de vista racial, e que muita admiração nos despertavam as qualidades do povo japonês. O Brasil procurava apenas se precaver contra o perigo militar representado pela imigração japonesa. Surgiu também um *slogan* que fez fortuna, referente a uma suposta má vontade dos japoneses em se unirem a populações brasileiras. "O japonês é como enxôfre, insolúvel", dizia-se.

Como o regime das quotas, a Constituição de 1934 atingiu o objetivo visado, sem necessidade de adotar certas emendas, apresentadas por ocasião da elaboração constitucional, como as de Miguel Couto e a de Xavier de Oliveira. Eis a emenda proposta por Miguel Couto e defendida, por êle, com ardor: "É proibida a imigração africana ou de origem africana e só consentida a asiática na proporção de 5% anualmente, sobre a totalidade de imigrantes dessa procedência existentes no território nacional". Xavier de Oliveira, um cearense de cara asiática, propôs sua emenda nestes termos: "Para efeito de residência, é proibida a entrada no país de elementos das raças negra e amarela, de qualquer procedência".

Após a Revolução de 1930, surgiram várias leis e decretos tendentes a desencorajar a imigração, de qualquer tipo ou etnia. Mas, cessada a Segunda Grande Guerra mundial o governo emitiu a 18 de setembro de 1945 o decreto 7.967, considerando que havia chegado o momento para impulsionar de novo a imigração, "fator de progresso para o país". Em seu artigo 2º reza esse decreto: "Atender-se-á na admissão dos imigrantes a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais conveni-

entes de sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional".

Era flagrante o caráter nacionalista, racista e demagógico do artigo citado. Aliás, êle vinha repetir, de certa maneira, o artigo primeiro do decreto 3.010 de 20 de agosto de 1938 no qual se dizia que a entrada de estrangeiros no território nacional seria feita tendo em vista "preservar a constituição étnica do Brasil, suas formas políticas e seus interesses econômicos e culturais". Já anteriormente, o decreto-lei de 4 de maio de 1938 que êsse decreto 3.010 vinha regulamentar, dizia em seu artigo dois: "O governo federal reserva-se o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho Nacional de Imigração". A redação é muito curiosa. Veda-se a entrada de indivíduos de determinadas raças, mas não por motivo racial, e sim econômico ou social.

IV

É sabido que entre os grandes pioneiros daquilo que viria a resultar no racismo alemão, conta-se um inglês, H. S. Chamberlain, que renunciou à cidadania britânica e naturalizou-se alemão, e um francês, o senhor Conde de Gobineau, que tem para nós a particularidade de haver sido ministro da França no Brasil ao tempo de D. Pedro II. Chamberlain é autor de um livro famoso *Os Fundamentos do Século XIX* que corresponde, mais ou menos, em louvor ao homem nórdico ao que é o livro do sr. Silva Melo em louvor do homem tropical. O livro de Chamberlain teve enorme repercussão à despeito de ser obra que não resiste à mais leve crítica, sequer ao bom senso. A nós, pela particularidade citada, interessa o Conde de Gobineau, autor também de um livro, *Essai sur l'inegalité des races humaines*, que viria a ser muito louvado na Alemanha, ao tempo do nazismo.

Em carta enviada à França, Gobineau explicava: "Se o Imperador é um ariano puro, ou quase, os brasileiros, ao contrário, não são senão mulatos, e da mais baixa categoria.

Uma população tôda mulata, viciada no sangue e viciada no espirito". Ilustrando a enorme variedade de tipos mestiços, Gobineau aludia às três damas de honra da Imperatriz, dizendo que "uma era marron, a outra chocolate claro e a terceira violeta".

Nutrindo tais idéias, êle deve ter passado, no Brasil, dias insuportáveis, pondera José Honório Rodrigues. Mas, os homens nem sempre são coerentes, o que é, aliás, refrescante. A maior contrariedade que Gobineau teve de suportar no Brasil foi ver-se esbofeteado pelo Visconde de Sabóia, nas portas do Teatro Lírico. Êsse Visconde de Sabóia era um cearense violento e poderoso. Cirurgião de primeira ordem, realizou em nosso meio intervenções pioneiras, e deixou uma obra notável, as suas *Lições de Clínica Cirúrgica*, em três volumes. Casado com uma brasileira belíssima, indignou-se ao perceber que o Conde de Gobineau passara a cortejá-la com insistência talvez gaulesa, mas bem pouco diplomática. E daí a desfôrra às portas do Teatro Lírico.

* * *

A idéia da superioridade do branco e da correlata inferioridade das demais raças acarreta naturalmente a convicção de ser o mestiço um tipo inferior. Êsse preconceito foi mais ou menos geral no Brasil. Euclides da Cunha assim formulava o seu pessimismo: "O mestiço — traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares — é quase sempre um desequilibrado". Êsse desequilíbrio, para Euclides, era incurável: "Não há terapêutica para êsse embater de tendências antagônicas de raças repentinamente aproximadas fundidas num organismo isolado". E, com certo desencanto, afirmava: "Não há tipo antropológico brasileiro", ou ainda: "Não temos unidade de raça; não a teremos, talvez, nunca".

Graça Aranha, igualmente, manifestou-se contra o mestiçamento.

Diz Gilberto Freyre, em seu *Perfil de Euclides*, que preconceitos dêsse tipo envolveram o próprio Silvío Romero. E

acrescentava: "Só uma exceção se impõe, de modo absoluto: a de Alberto Tôrres".

Nesse passo, Gilberto Freyre cometeu um equívoco. Alberto Tôrres era racista. Ou melhor, um cripto-racista, talvez inconscientemente.

Êsse fluminense ilustre considerava que não havia, em absoluto, raças superiores. Mas os tipos étnicos existentes — brancos, pretos e índios — não deviam misturar-se. Êle considerava o cruzamento um elemento perturbador da ação mesológica. Depois, para que cruzar branco com preto, se o produto era um híbrido e portanto estéril. Mas, não se imagine que Alberto Tôrres nutrisse qualquer prevenção contra os mulatos. Longe disso. Cavalheirescamente, êle explicava: "Da esterilidade das uniões entre mulatos, isto é, entre híbridos perfeitos e pretos e brancos, não se profere sentença sôbre o valor do mulato, como indivíduo, a qualquer título. O fato da esterilidade da progênie é um fato de hereditariedade, aliado, naturalmente, a outras condições e outros caracteres, mas que não importa em si em nenhuma depreciação do valor individual".

Logo a seguir, dando leve esperança aos mulatos, e com aquela cautela que convém aos cientistas, Alberto Tôrres acrescentava: "Semelhante afirmação também não pode ser feita, por outro lado, senão sob reserva de inúmeras condições de tempo, de localidade, de meio físico ou social, de alimentação. A lei de Pallas, já citada, atesta a transformação, por efeito da domesticação, de híbridos estéreis para híbridos férteis, na vida natural".

Por êsse ou aquêle motivo, por serem desequilibrados, segundo Euclides, ou híbridos estéreis, segundo Tôrres, os mestiços, sobretudo os mulatos, não gozavam de boa reputação.

De referência aos diferentes tipos de mestiços — os mamelucos ou caboclos, produtos de branco e índio; os curibocas ou cafusos, produtos de preto e de índio; os mulatos, produtos de branco e de preto, os cabras, que resultam da mistura de mulato com caboclo — os mamelucos quase sempre se julgaram superiores aos mulatos. Nos tempos coloniais, os mestiços de índios não admitiam ficar colocados no mesmo ní-

vel dos mulatos, alegando, segundo nos informa Pandia Calógeras, "a proteção que oficialmente Portugal lhes dispensava, ao promover os casamentos mistos entre europeus e autóctones".

Também em Euclides, conforme assinalou Artur Ramos, o mameluco surge sempre como figura superior ao mulato.

Essa idéia persistiria e seria robustecida com o irromper, em nossas letras, do movimento romântico que tomaria uma feição indianista. Todos nós sabemos a importância literária e política que teve êsse movimento. Foi através da idealização do índio que o Brasil expressou sua identidade, e até seu sentimento de superioridade em relação a Portugal. Multiplicaram-se as estórias em que o caboclo se contrapunha ao marinheiro, conforme registrou Capistrano de Abreu. E Capistrano acrescentava: "Nos cantos populares o brasileiro é figurado no caboclo, nunca no negro ou no mulato. Na literatura tivemos o indianismo, não o negrismo ou o mulatismo. Nos tempos de independência, os nomes de famílias, jornais e partidos eram tupis e não negros".

O valor do argumento de Capistrano, diga-se de passagem, é relativo. Poderíamos colhêr exemplos contrários e dizer que *minha negra* e não *minha índia* sempre foi uma expressão de afeto, no Brasil. *Minha negrinha* é como o pai branco brasileiro chamava e ainda chama, freqüentemente, as suas filhas brancas.

Mas, a despeito do uso carinhoso de expressões como *negra* e *negrinha*, a despeito da idealização do índio e dessas valorizações relativas do mameluco e do mulato, houve no Brasil um sentimento de inferioridade racial oprimindo a quase tôda a gente. "Uns exaltavam os alemães — escreve Lúcia Miguel Pereira — outros os franceses, alguns os ingleses ou americanos do norte, mas todos concordavam em que os brasileiros e seus avós, portugueses ou negros, pouco valiam". Diz Raquel de Queiroz que para compensar êsse sentimento de inferioridade, os brasileiros "desferravam-se então no índio, único componente de nossa nacionalidade considerado nobre, ninguém o sabe direito porque". É que, em verdade, o índio estava desaparecendo e podia ser idealizado. Enquanto

isso havia muito negro e muito português à vista. E, talvez, pelo mesmo motivo, porque havia na América espanhola, ao contrário do Brasil, muito índio à vista, é que o indianismo como escola literária não teve lá quase expressão, a despeito de haver inspirado um ou outro poeta, como o equatoriano Juan Leon Mera.

Dêsse sentimento de inferioridade racial, quem sobretudo nos veio libertar foi Gilberto Freyre.

E, entre outras coisas, se viu que não havia realmente motivo para essa preferência do índio em relação ao negro e do mameluco em relação ao mulato. Porque? Para começar, o negro demonstrou mais capacidade de trabalho que o índio. Como frisou Pandia Calógeras: "Do ponto de vista do negócio, a solução do índio provou ser má. Eram criaturas primitivas, filhas das selvas e dos campos; não resistiam à vida em recintos fechados como eram as casas dos brancos, nem ao esforço contínuo, alterado e duro do trabalho de culturas à moda européia ou de indústrias de engenhos. Morriam aos magotes, quando escravizados. Muitos suicidavam-se. A maioria evadia-se para as florestas". E prossegue Calógeras: "Sempre de um ponto de vista puramente utilitário, assim como a solução do índio fôra um desastre, a do negro revelou-se preciosíssima e valiosa. Socialmente, estava o africano em nível muito mais alto que o aborígene americano. Enquanto êste se achava mergulhado em pleno período neolítico e alcançava apenas o estado fetichista, o negro importado era-lhe muito superior, conhecia e trabalhava metais, possuía uma arquitetura própria, reverenciava tradições e, mesmo, muitos deles eram monoteístas conquanto a maioria pertencesse ao puro paganismo. Estavam afeitos à vida sedentária e sabiam servir-se de utensílios de modo a fornecerem operários bons e mão-de-obra hábil".

Não acompanharemos Calógeras nas suas explicações, mas apenas no fato básico de que, na formação do Brasil, tal como ela se fêz, o negro pôde, com o seu trabalho, desempenhar papel incomparavelmente maior e melhor que o índio. Se êsse último estava no "período neolítico, e alcançava apenas o estado fetichista", deixemos isso de lado. Relem-

brems apenas que, sob a batuta dos padres, nas reduções jesuíticas, o índio se mostrou capaz de trabalhar. Foi agricultor excelente, operário hábil e soldado valoroso. E mais: deixou de ser sombrio. Aprendeu a rir e a chorar. Foi uma experiência maravilhosa, comunista demais para ser apreciada pelos católicos de hoje; muito deísta e católica, para ser louvada pelos comunistas de hoje, segundo observou Clovis Lugon. Dessa experiência, realizada em terras que vieram depois a se tornar brasileiras, nada nos restou, senão algumas ruínas, e nisso estamos de acôrdo, inteiramente, com Moisés Vellinho.

Voltando aos fatos brasileiros, e vendo as cousas como elas aconteceram aqui, o menos que se pode dizer quanto aos mestiços de branco de preto, e de branco e índio, é que tivemos mulatos admiráveis e até geniais, que em nada se mostraram inferiores aos nossos melhores mamelucos. Digo até que tanto quanto nos seja dado ver e interpretar as cousas pelos seus frutos mais aparentes, os mulatos do Brasil se têm mostrado superiores aos mamelucos. No plano literário e artístico comparecem em maior número que os mamelucos. Coelho Neto, nascido, segundo nos informa João Neves da Fontoura (*Discursos Acadêmicos*, vol. 10) "dos castos e legítimos amôres de um português e de uma índia" está longe de superar Machado de Assis, filho de pai mulato e mãe portuguesa. Aliás, duvido muito que Coelho Neto haja sido mameluco. Era um tipo de mulato, e essa estória de mãe índia deve ser fantasia. Em geral, nossos mestiços invocavam, quando possível, ascendência índia ou árabe de preferência à ascendência negra. Filho de português e negra foi Antônio Tôrres, escritor admirável, que sabia ripar Portugal e os portugueses no melhor português que já se escreveu. Uma análise mais aprofundada desse problema estaria fora do nosso escopo. Nem é fácil prosseguir nessas comparações, dado que, no Brasil atual, os mamelucos não são mais reconhecidos como tais, pois já se transformaram em brancos; enquanto os mulatos continuam a ser produzidos, e a se reproduzir, abundantemente, sem maiores cuidados dietéticos, ignorando a lei de Pallas e os conceitos de Alberto Tôrres.

V

Estudando nossas origens, maneira de proceder, maneira peculiar de encarar certos problemas básicos, chega-se à conclusão de ser o brasileiro um povo de convicções débeis. Por isso, nosso querer é conseqüentemente débil. Quando um espanhol *quiere*, êle quer mesmo. Falta-nos o vigor de vontade do espanhol, como nos falta também a consistência lógica do francês.

O brasileiro é católico, mas está longe de ser católico convicto. Freqüentemente êle se considera católico e espírita, ao mesmo tempo. E, por favor, não se veja nisso manifestação de espírito ecumênico, mas simplesmente falta de lógica, falta de convicção profunda, e aquela alegria brasileira da indefinição.

Há combinações extraordinárias, tal seja a do comunismo-umbandismo. No espírito de muitos patricios, não haveria qualquer oposição básica entre Karl Max e Alan Kardec. Do ecletismo ideológico se passa à mixórdia ideológica.

O brasileiro é racista, como se viu na análise do assunto. Apenas, não é racista convicto. E ainda bem.

Nossos preconceitos não produzem catástrofes, porque êles se processam dentro de uma certa dúvida moral, e já-mais são ideologizados.

Essa falta de convicções profundas, de mistura com a audácia de certos grupos, propicia acomodações e conciliações em momentos de crise, quando tudo parece indicar uma convulsão social das mais perigosas. O lento processo de abolição do tráfico negreiro e da própria escravatura, ilustra essa tendência nacional. Outro exemplo é o da proclamação da República a que Machado de Assis (*Esau e Jacó*, cap. LX, *Manhã de 15*) alude no mais bem temperado tom brasileiro: "Na rua do Ouvidor soube que os militares haviam feito uma revolução". Uma revolução que não era propriamente para derrubar a monarquia. Mas o major Solon Ribeiro soltou o grito de *Viva a República* e então Deodoro concordou, e a República ficou proclamada.

Nossas revoluções, ou pseudo-revoluções, ou meias-revoluções, são feitas sem sangue, na medida do possível.

D. Pedro II foi destronado, ninguém morreu por êle. Como ninguém morreu pelo presidente Washington Luiz, ou pelo sr. Jango Goulart. Parece que o General Henrique Duffles Teixeira Lott mandou atirar, para valer, no encouraçado Tamandaré, em cujo bordo se achava o presidente da República, em exercício. Mas, prevaleceu o espírito nacional e, no fim de tudo, foi possível consumir a deposição dos srs. Café Filho e Carlos Luz, incruentamente, com a costureira afabilidade.

Erraria quem visse nessa procura de soluções incruentas temor ou covardia. Longe disso. Nossa gente é destemerosa, e disso tem dado provas inequívocas. É também capaz de crueldade, o que não pode, não deve ser esquecido. A acomodação não vem do medo ou da falta de vontade de brigar, mas vem da falta de convicções, pelo menos em grande parte.

Nos Estados Unidos, até hoje os Estados do Norte e do Sul continuam brigando. Nossas brigas aqui, passam depressa. Para que brigar, quando, no fundo, não estamos totalmente convencidos? E é por causa dessa debilidade de convicções profundas que não levamos as cousas às últimas conseqüências. Podemos agir com paixão, podemos chegar ao ponto da violência, mas aí, o que nos move, são mais simpatias e antipatias pessoais que pròpriamente convicções. As radicalizações, em nossa história, são mais emocionais, afetivas ou de natureza moral, e não ideológicas.

O Brasil não se move por ideologias. Sempre reagiu contra elas. Tivemos, é certo, no fim do Império e início da República, um grupo de positivistas convictos e atuantes, mas a nação, como um todo, jamais se deixou guiar por êles. O positivismo foi antes um ornamento ideológico que uma fôrça determinante de qualquer transformação social ou política. O Integrallismo, por sua vez, foi um movimento que agregou muita gente. Mas a nação não se entregou. Entregou-se de corpo e alma a Getúlio Vargas, porque êsse ditador, além de corresponder a determinados componentes da psicologia na-

cional, jeitoso e aparentemente manso, não encarnava qualquer doutrina definida.

Nisso, os brasileiros são parecidos com os inglêses, que são um povo de poesia e de comércio. Instinto poético e temperamento de comerciante levam os inglêses a se sentir mal dentro de quadros doutrinários demasiadamente rígidos. Nascem e morrem pragmáticos e empíricos. Amam o *compromise*. Até hoje não possuem constituição escrita. Mas, uma inteligência luminosa lhes corrige, com vantagem, quase tôdas as falhas da indeterminação doutrinária.

Nós, no Brasil, quando não usamos a inteligência para corrigir nossas falhas de caráter chegamos freqüentemente à cacofonia ideológica, com reflexos até na arquitetura nacional. Getúlio Vargas, por exemplo, fêz construir, ao mesmo tempo, juntos, um ao lado do outro, três enormes prédios ministeriais, o da Fazenda, o da Educação, o do Trabalho, o primeiro em estilo clássico e solene, o segundo em estilo ultramoderno, o terceiro em estilo, digamos, suburbano. Fê-lo com a maior displicência e com o aplauso quase geral.

Não se diga que arquitetura não é documento revelador da alma de um povo ou do espírito de um regime. Mais ou menos por tôda a parte do mundo as ruas, os bairros, quando não as cidades, são construídas num mesmo estilo, embora os prédios apresentem características individuais. Já nas ditaduras com base ideológica os prédios não são apenas todos do mesmo estilo: são iguais, rigorosamente, absolutamente, sirva de exemplo a Avenida Karl Marx, em Berlim Oriental. No Rio de Janeiro do tempo de Vargas foi aquilo que se viu, é aquilo que ainda se vê, um ecletismo disparatado, uma mixórdia.

Mais do que nunca transpareceu aquela aspiração nacional de indistinção, de miscigenação em todos os planos, de superação de tôdas as barreiras. Por isso mesmo definíamos o Brasil como uma terra em que padre era maçom, preto casava com branca, alemão jogava no bicho, judeu comia carne de porco.

Sob êsse aspecto o Brasil é um país supra-realista. Nosso último monarca foi um grande republicano. Nossa última

"revolução", essa que aí está, e que foi, em verdade uma contra-revolução, procurou legalizar-se com uma sofreguidão que a realidade não permitiu. Daí a multiplicidade de seus atos institucionais. Mas, o que ela quis foi inserir-se, como uma meia-sola, no sapato velho preexistente. Como isso não vem sendo possível, pois o Brasil está a exigir reformas profundas, os atuais detentores do poder sentem a necessidade de uma revolução de verdade, e tentam fazê-la no crediário, em prestações, após o surgimento de crises fáceis de prever. Por esse método, há o perigo de que os atos revolucionários acabem perdendo seu vigor, sua autenticidade, e venham a ser postos a serviço de interesses mais político-partidários que realmente nacionais.

Enfim, fugimos das soluções radicais, sempre que possível e acabamos, freqüentemente, sem solucionar cousa alguma.

O partido político mais forte do Brasil foi, durante muito tempo o PSD, porque era aquele que melhor exprimia a atitude nacional em face das idéias. E a ARENA o será, na medida em que fôr capaz de "pessedizar-se". O PTB pretendeu ser um partido de idéias, e em seu seio apareceram, é bem verdade, figuras como a de Alberto Pasqualini. Mas o inconsciente coletivo, digamos assim, foi mais forte, e não poderíamos afirmar, sem violentar por demais a realidade, que esse partido houvesse correspondido, de longe sequer, aos ideais que possivelmente animaram alguns de seus líderes. Outro tanto ocorreu com o PDC, que surgiu com grande aparato doutrinário, para se transformar, em pouco tempo, numa espécie de PSD de sacristia, a se deleitar em acomodações e conchavos surpreendentes. Contudo, por maiores que tenham sido os conchavos e as acomodações programáticas de partidos como o PTB ou o PDC, nenhum deles, é de justiça reconhecer, atingiu aquele supremo encanto do PSD. Nenhum pedecista ou trabalhista conseguiu aquela *performance* de Israel Pinheiro, logo após sua posse no governo de Minas, quando disse: "Não se aproxime de mim quem não fôr seguidor da Revolução de 31 de Março".

Os partidos que se mantiveram pirrônicamente fiéis a certos programas não cresceram, sirva de exemplo o Partido Libertador. Mas, mesmo dentro dêle a marca da brasilidade imperava. Seus dirigentes e representantes eram todos parlamentaristas, não há negá-lo; mas, parlamentarista convicto, como o dr. Raul Pilla, só mesmo o dr. Raul Pilla. Daí sua repugnância instintiva pelo sr. Jânio Quadros, homem que em todos os seus gestos, esgares, trejeitos e manobras demonstrava uma enorme vocação para a ditadura, para o mandonismo absolutista. Mas, embora faltasse ao sr. Quadros uma ideologia ou, talvez, por isso mesmo, a nação o escolheu, dando-lhe a maior vitória eleitoral de nossa história. Nêle votaram maciçamente, todos os parlamentaristas brasileiros, libertadores ou não.

É espantoso quanto erramos sem aprender! Nossa história é rica em desacertos. Precisamos, chegou o momento, lançar mão dêsse cabedal de êrros acumulados, e dêle tirar algum proveito.

A esta altura, cabe perguntar se continuaremos a ser como temos sido até agora? Não, provávelmente.

Nossa maneira de ser e nosso destino estão entrelaçados. Nossa maneira de ser cria em parte nosso destino. Mas a história, no seu desenvolvimento, poderá modificar nossa maneira de sentir e de agir.

Até agora, temos mudado muito pouco. Mudam os governos, sucessivos presidentes são depostos, promulgam-se novas constituições, tira-se a capital do país de um lugar para outro, com jeito de quem quer recomeçar tudo, a partir da estaca zero, criam-se novos ministérios, troca-se o nome dos antigos, troca-se o nome dos mais tradicionais institutos de ensino, troca-se o nome das ruas, mas tudo continua na mesma. Tal como a mudança de nome da moeda, a qual continua sempre vil e sempre se aviltando, cada vez mais, qualquer o nome que se lhe dê, qualquer o valor que se lhe atribua. Sob um certo ângulo, tudo parece mudar, embora tudo permaneça praticamente igual. Depois que me entendo por gente, o ponto culminante de nossas cadeias orográficas já mudou três vezes. Atualmente anda em Roraima, nome mais recente

do território de Rio Branco, que fazia parte, até pouco tempo, do Estado do Amazonas. O próprio nome do país vive a mudar. Primeiro foi Vera Cruz, depois Santa Cruz, depois Brazil com z, sendo por enquanto Brasil com s: Estados Unidos do Brasil.

Ocorrerá algum dia uma mudança real? E como seremos neste futuro entresonhado? Não o sabemos. A única coisa que parece evidente, é que teremos de nos modificar, se quisermos enfrentar o desafio da história. Oxalá nos modifiquemos na direção correta.

Sempre houve no Brasil o pressentimento de uma grandeza futura, que tem raízes no próprio tamanho do país. Herança do passado, fruto da bravura portuguesa e brasileira, nossa grandeza territorial, para ser mantida, está a exigir de nós, agora, um esforço de ultrapassagem.

Nosso destino é progredir, ou desaparecer, conforme Euclides da Cunha havia tão agudamente percebido. Grandeza ou caos. Ou seremos uma grande potência ou não manteremos sequer a nossa unidade. Pois a idéia de unidade, hoje, se alicerça na esperança do futuro. Se essa esperança desaparecer, desaparecerá o desejo de vivermos juntos.

Temos que nos modificar, sem abandonar os traços fundamentais do nosso caráter, como a ternura, o amor à família, o espírito de conciliação, mas desenvolvendo aquelas virtudes aparentemente antagônicas, na verdade complementares, de que carecemos.

Nossa substância é muito boa, mas tem sido muito mal trabalhada. Há no Brasil uma pregação de ternura, que frequentemente se usa como disfarce da falta de convicções. E até da falta de caráter. Precisamos conservar essa ternura, tornando-a mais autêntica ainda, sem usá-la jamais como cortina de fumaça.

Devemos conservar o amor da família, instituição básica na formação brasileira, mas devemos afastar o filhotismo, enfim essa espécie de furor uterino de proteger os parentes, que acaba fazendo da família, para os desfalcados, uma instituição odiosa. Há em nosso meio famílias privilegiadas, que estão a merecer monografias, a fim de que se veja quanto custam aos cofres da nação.

Tivemos recentemente um governador, no Estado do Rio, que nomeou todos os seus parentes. Até aqueles que nada lhe pediram, foram nomeados à revelia por esse governador maternal e placentário.

Se não formos capazes de superar nossas deficiências, se não formos capazes dessa ultrapassagem, então o futuro dirá que nosso pressentimento de grandeza foi apenas um alarme falso, uma miragem, entrevista num deserto de homens. Pois só um grande povo manterá unida e próspera uma grande nação.

O Brasil não é, certamente, um deserto de homens. Nós os temos, e de mais alta qualidade. Poderíamos achá-los sem necessidade da lanterna de Diógenes. Mas, esses homens capazes e grandes é como se não existissem, do ponto de vista da formação da nacionalidade. Em linguagem de gíria diríamos que eles não têm vez. E nesse meio tempo o Brasil vem sendo o paraíso das mediocridades, dos falsos valores, dos pseudo-gênios. É necessário mobilizar nossos valores autênticos, como ocorreu, uma vez, no passado, ao tempo de Rodrigues Alves. O Brasil viveu então seu grande momento de ascensão, seu grande instante de criação, do qual até hoje somos beneficiários.

Fizemos uma revolução contra a desordem, ou contra a subversão, para empregar a palavra da moda. Chegou o momento de fazermos outra contra a incapacidade.

É comum que se aponte, como prova de inteligência do povo brasileiro, nomes de patrícios nossos que se têm distinguido no estrangeiro, seja nas artes, seja nas ciências. O depoimento desses patrícios, sobretudo quando se trata de físicos, de matemáticos e de biólogos, é que sua produtividade cai, tão logo regressam ao Brasil. O clima moral, intelectual, financeiro, político, administrativo, social e universitário do Brasil não é favorável à criação científica, num momento em que, mais do que no passado, a inteligência vem determinando o destino dos povos.

O Brasil vive a exportar cérebros, numa extensão maior do que se pensa. E os exporta, não porque os tenha em de-

masia, senão porque êsses cérebros, aqui dentro, não encontram condições de produzir adequadamente.

Não será à base de *slogans*, nem nos enclausurando no círculo fechado de certas ideologias do desepêro, que romperemos a barreira do subdesenvolvimento. A tendência brasileira tradicional de fugir à prisão das ideologias pode ser um bem positivo se formos capazes de superar nossa disponibilidade pelo estudo sério e pelo respeito à inteligência. Fiéis a nós mesmos, poderíamos, à semelhança dos ingleses, e ao contrário dos espanhóis, franceses e alemães, encontrar amparo num certo tipo de empirismo criador, bem mais útil do que qualquer posição sistemática na análise dos fatos e na regulamentação do comportamento. Então, sim, o Brasil será grande e livre. Livre de opressões externas e livre no seu pensamento e na sua vida interna. Pois essa liberdade interna é pelo menos tão preciosa quanto a liberdade em face de eventuais inimigos externos.